

## Mesa Redonda: **Gênero, riqueza e poder**



Essa mesa-redonda reúne investigações que abordam as relações de gênero por meio da análise da participação das mulheres em processos econômicos e políticos em Angola e Moçambique no período entre os séculos XVI a XIX. A agência feminina na acumulação de riqueza por meio da aquisição de bens, incluindo a terra, ou da participação em redes comerciais locais, regionais e internacionais; bem como sua presença em distintos planos do poder público, ocupando posições de autoridade política e religiosa são os temas abordados pelas diversas apresentações.

**Coordenação:** *Catarina Madeira Santos, EHESS-IMAF*

### **Eugénia Rodrigues, IITC - Rainhas, princesas e donas: formas de poder público das mulheres na África Oriental nos séculos XVI a XVIII**

A participação de mulheres em distintos planos do poder público em África, no período pré-colonial, tem sido pesquisada em várias partes do continente. Não sendo possível generalizar, essas investigações indicam que as mulheres detinham importantes posições nas instituições políticas de diversas sociedades africanas, constituindo o caso mais estudado o cargo de rainha-mãe, que integrava a organização de alguns estados. Na África Oriental, foram igualmente evidenciadas formas, ainda pouco conhecidas, de participação de mulheres no poder público. Em alguns “reinos” ou “impérios” em que a figura central do poder era masculina, mulheres da linhagem governante administravam territórios e garantiam posições relevantes no aconselhamento e escolha dos chefes. Ao norte do Zambeze, existiam mesmo pequenas chefaturas que tinham mulheres como líderes. Além disso, nestas sociedades, as mulheres desempenhavam, e desempenham, papéis religiosos essenciais.

O domínio português na África Oriental acompanhou e suscitou transformações nas relações de gênero. Uma delas traduziu-se no aparecimento de outras figuras femininas de poder, as *donas*, no território sujeito pela coroa portuguesa. Tudo indica que a interação com os portugueses favoreceu, igualmente, mudanças nos papéis de mulheres de autoridade nos estados africanos, do que é exemplo a instituição das embaixadoras do Monomotapa. Nesta comunicação, procura-se reflectir sobre as formas de poder público das mulheres na África Oriental, considerando tanto as dinâmicas surgidas nos territórios sob domínio português, quanto nas sociedades africanas vizinhas. Essa análise é baseada no arquivo colonial, privilegiando a documentação produzida pelos portugueses sobre essas sociedades, como memórias descritivas e a correspondência entre as autoridades portuguesas em Moçambique e entre estas e as chefias africanas.

### **Vanessa S. Oliveira, York U - A constituição do patrimônio feminino em Luanda (século XIX)**

A historiografia africanista tem apontado que mulheres na costa ocidental africana integraram redes comerciais independentemente ou como parceiras de comerciantes

estrangeiros. No caso de Angola, os trabalhos de Selma Pantoja, José C. Curto e Mariana P. Candido têm demonstrado que mulheres africanas e luso-africanas atuaram como intermediárias no tráfico de escravos junto a comerciantes brasileiros e portugueses. Esse estudo analisa as formas de constituição do patrimônio feminino em Luanda, no século XIX. Através da análise de escrituras de compra e venda bem como de documentação que aponta para a participação feminina no comércio local, regional e internacional, esse estudo sugere que o patrimônio acumulado por mulheres tinha sua origem em dotes, heranças e nos lucros advindos do seu envolvimento em atividades comerciais. Desse modo, mulheres acumularam bens como terras, escravos, habitações, embarcações e produtos importados que lhes permitiam adentrar à elite colonial de Luanda.

### **Mariana Candido, U of Kansas - Bens de prestígio e a propriedade agrária em Angola: a participação feminina na consolidação de novas noções de riqueza no século XIX**

Esse estudo explora a emergência de novas noções de riqueza em Angola no século XIX, no contexto da expansão do comércio lícito e da escravidão na África centro ocidental. Há quadro décadas especialistas das sociedades centro-ocidentais enfatizam a importância da acumulação de dependentes na manutenção de poder e organização social. No entanto, testamentos e registros de terrenos disponíveis na Comarca Judicial de Benguela revelam a emergência de novas estratégias de acumulação de riqueza em meados do século XIX, inclusive no processo de transmissão de propriedade agrária. Nessa comunicação investigo como a acumulação de bens de prestígio e de lotes de terra devem ser lido como a emergência de novos mecanismos de acumulação de capital que favoreceram homens e mulheres bem posicionadas socialmente, criando rupturas com autoridades locais, como os sobas.

As fontes primárias nos arquivos angolanos permitem uma intervenção na historiografia africana com respeito a participação das mulheres em questões relativas a acumulação de dependentes, chamado de "*wealth in people*," e bens materiais. Esse estudo, então, dialoga com os pesquisadores que argumentam a ausência de propriedade agrária privada no continente africano antes da conferência de Berlim (1884-1885) ou ainda a exclusão das mulheres do acesso à terra. Ao analisar testamentos, registros paroquiais, documentação oficial e termos de terrenos demonstro como noções de riqueza e capital social foram transformadas em meados do século XIX e, como mulheres africanas, fizeram uso dos sistemas legais para obterem acesso à terra e garantiram a transmissão da propriedade agrária e de bens de prestígio à outras mulheres. Em um momento de transição econômica, a herança e o mercado se tornavam meios de aquisição de bens que passaram a ser vistos como propriedade privada e não necessariamente bens coletivos sob o uso fruto de uma linhagem ou ainda de um soba. As fontes primárias permitem explorar diferentes formas de aquisição de riqueza, inclusive a terra, na contribuição para a diferenciação de gênero em Angola durante o século XIX.